

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM INSTITUTOS FEDERAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Jéssica Gisella Santos Pereira de Moraes¹

Diogenes José Gusmão Coutinho²

RESUMO: Objetiva-se realizar uma revisão de literatura sobre o processo de Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais no período de 2021 a 2024, a partir do estudo de artigos que tratam do tema e que identificam o público estudantil alcançado pelas ações dessa política pública. Utiliza-se da revisão integrativa de literatura e análise documental. Houve influência dos movimentos de representação estudantil para a concretização do Programa de Assistência Estudantil nos Institutos Federais. Conclui-se que a política de Assistência Estudantil ainda precisa melhorar bastante e se distancia devido à falta de recursos do que foi objetivado para a assistência à permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Institutos Federais.

ABSTRACT: The aim of this study is to conduct a literature review on the Student Assistance Policy process in Federal Institutes from 2021 to 2024, based on the study of articles that address the topic and that identify the student audience reached by the actions of this public policy. An integrative literature review and documentary analysis are used. There was an influence from student representation movements in the implementation of the Student Assistance Program in Federal Institutes. It is concluded that the Student Assistance policy still needs to improve significantly and is far from what was intended to assist the permanence of students in situations of social vulnerability due to a lack of resources.

Keywords: Student Assistance. Federal Institutes.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas vêm de efetivação das legislações feitas pelo Estado para ofertar serviços à população. A pobreza da população brasileira vem de um legado de políticas de governo que mantinham privilégios a classes sociais já privilegiadas com o poder econômico e político (Ferreira; Souza, 2021).

¹Mestrada pela Christian Business School, especialista em Gestão Pública/UFERSA.

²Doutor em Biologia/UFPE. <https://orcid.org/0000-0002-9230-3409>.

As leis que despenderam atenção aos direitos sociais somente começaram a ser legisladas a partir da década de 1990, devido às reivindicações da sociedade e, assim, foram criadas políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e que geraram a garantia inclusão de camadas menos abastadas (Felippe, 2018; Behring; Boschetti, 2010).

A formalização da assistência estudantil (AE) como uma política pública da Educação Superior ocorreu por meio de três etapas. A primeira aconteceu concomitantemente à criação da Casa do Estudante Brasileiro na década de 1920, e vai até o final da década de 1970 com a criação do Departamento de Assistência ao Estudante.

Já a segunda etapa ocorre no período da abertura democrática no Brasil a partir da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis até a criação do Programa Universidade para Todos no início dos anos 2000. A terceira etapa começa em 2007, a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Kowalski, 2012).

No âmbito dos Institutos Federais, a partir da aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), os IFs passaram a receber orçamento para a implementação das políticas de Assistência Estudantil nas suas unidades. Porém, antes eles desenvolviam essas políticas de maneira isolada a partir de programas como apoio médico, odontológico, de moradia e de alimentos (Abreu, 2012; Martins, 2017; Costa Filho, 2021).

O PNAES foi instituído a partir das reivindicações das entidades de representação estudantil, as quais lutavam há décadas pelo direito à permanência dos estudantes que não tinham condições financeiras nas Universidades Públicas. Posteriormente, voltou-se a atenção aos Institutos Federais, que não contam apenas com estudantes de graduação, mas possuem também contava com uma grande parte de vagas ocupada por estudantes do nível médio (Ferreira; De Souza, 2023).

Portanto, a partir da promulgação dos PNAES é que a política de AE nos Institutos Federais nasce. Este Plano determina a execução das ações da AE no artigo 4º, sobre o atendimento aos Institutos Federais de Educação considerando as especificidades deles, áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão, além das identificadas por seu corpo discente (Brasil, 2010).

Foram criados trinta e oito IFs nos vinte e seis estados e DF, ocorrendo por meio dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e de nove das Escolas Técnicas Federais e das agrotécnicas federais. No começo essa assistência era direcionada apenas aos alunos de

cursos superior, posteriormente, essas instituições trabalharam para garantir o acesso a essa política a todos os estudantes, como os cursos de educação profissional técnica de nível médio, os quais fazem parte de outras modalidades e possuem um grande número de matrículas (Taufick, 2013).

A expansão da rede profissional e tecnológica fez aparecer problemas estruturais e pedagógicas para serem resolvidos o que impactou na formulação da Política de Assistência Estudantil e causou atrasos em sua implementação em alguns Institutos Federais (Taufick, 2013). Dentre os objetivos dos Institutos Federais, definidos na Lei no 11.892/2008 está a prioridade na oferta de educação profissional, na forma de oferta integrada, para atender aos egressos do ensino fundamental e ao público do PROEJA médio.

É importante a pesquisa sobre políticas públicas voltadas à Assistência Estudantil para se verificar como está realmente o acesso aos seus benefícios das camadas mais populares que fazem parte da educação tecnológica e superior e das condições de permanência nos estudos de forma que garanta a equidade (Pereira; Silva, 2023).

No Decreto nº 7.234/2010, são estabelecidas normas para a AE nos IFs visando promover a inclusão social, a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica dos alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais dos IFs. Nele estão listadas as ações que podem ser desenvolvidos relacionados a alimentação, moradia, transporte, atenção à saúde e inclusão digital. O decreto reforça a importância da transparência na concessão dos benefícios devendo os IFs garantir mecanismos de acompanhamento e avaliação dos programas e ações de assistência para aprimorar continuamente essas políticas (Brasil, 2010).

A Assistência Estudantil é uma política pública que anda junto com o que a Constituição Federal de 1988 traz sobre o acesso à educação pública para todas as pessoas e com a garantia da permanência estudantil no âmbito das instituições federais de ensino tecnológico e profissional.

Desse modo, o presente artigo tem por objetivo realizar uma revisão de literatura sobre o processo de Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais no período de 2021 a 2024, a partir do estudo de artigos que tratam do tema e que identificam o público estudantil alcançado pelas ações dessa política pública.

2. METODOLOGIA

Este estudo configura-se como uma revisão integrativa realizada por meio do levantamento bibliográfico nos diretórios: Scientific Eletronic Library On-line (SciELO) e Capes Periódicos. Os descritores utilizados na pesquisa foram usados nos idiomas português, utilizando os seguintes termos: “Assistência Estudantil”, “Institutos Federais”.

Desta busca, foram encontrados 7 artigos, posteriormente submetidos aos critérios de seleção. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados entre os anos de 2021 e 2024, revisados por pares, produção nacional e que abordavam a temática Assistência Estudantil nos Institutos Federais. Os critérios de exclusão foram: resumos em eventos, artigos que não continham o contexto de Institutos Federais e artigos duplicados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados dos artigos pesquisados apresentam-se abaixo. Dessa forma, a escolha dos artigos usados para essa revisão integrativa foi realizada por meio do título, resumo e dos artigos completos encontrados conforme a metodologia dessa revisão de literatura sobre a Assistência Estudantil nos Institutos Federais.

Dessa maneira, de acordo com o mecanismo de busca foram encontrados 7 artigos. Porém, dentre esses, apenas 5 artigos foram utilizados para a produção do presente estudo, uma vez que os outros não se encaixavam nos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos.

234

Quadro 1 - distribuição dos artigos conforme autores, ano, título e objetivos

Autores, Ano	Título	Objetivos
SILVA, A.R.X.; DE CARVALHO, M.C.K; GONÇALVES, R.M., 2021	Mapeamento e análise das produções científicas que versam as políticas de assistência estudantil no contexto do Programa Nacional de Assistência Estudantil	Mapear e analisar as produções científicas publicadas em teses e dissertações que versam sobre a temática das Políticas de Assistência Estudantil (PAE) no contexto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)
PEREIRA, T.C.B.; SILVA, M.R.F, 2023	Assistência Estudantil e Democratização da Educação no Brasil e no IFPI	Examinar as condições de inserção dos estudantes pobres num espaço marcado, historicamente, pela sua exclusão.
GOIN, M.; MIRANDA, A.M., 2022	Atribuições privativas, estudo socioeconômico e serviço social: o trabalho profissional na Assistência Estudantil	Analisar as particularidades da operacionalização do estudo socioeconômico no âmbito das Políticas de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Centro-Oeste do Brasil
SOARES, A.M.L. Et al, 2021	Etnomatemática e Assistência Estudantil na	Analisar a necessidade de inserção direta no processo pedagógico das personagens

	Educação Profissional e Tecnológica: da relação professor-aluno à pesquisa aplicada	que prestam Assistência Estudantil a certos alunos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil (IFECTBs), considerando situações de ensino-aprendizagem na disciplina de Matemática que partam das instâncias socioculturais desses discentes, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
FERREIRA, M.C.A.; DE SOUZA, M.F.M., 2023	A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Pará no período de 2012 a 2021	Discutir a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito do Instituto Federal do Pará (IFPA) no período de 2012 a 2021

Elaborado pela autora

No artigo “Mapeamento e análise das produções científicas que versam as políticas de Assistência Estudantil no contexto do Programa Nacional de Assistência Estudantil” O Programa de Assistência Estudantil (PAE) dentro do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) colabora com as disputas, com o intuito de fundamentar a melhora e a expansão dessas políticas nos espaços da educação superior pública. Assim, no projeto se reforça que não se pode esquecer a constante revisão das PAE nas IFES para que essas ações não sejam utilizadas de forma contrárias do que os objetivos mais importantes.

235

Os autores do artigo “Assistência Estudantil e Democratização da Educação no Brasil e no IFPI” mostram que os resultados vêm para mostrar que diante da realidade de poucos recursos, os estudantes menos abastados que ingressam no IFPI e necessitam dos benefícios de assistência, para que tenham condições de permanecer e terminar os estudos, acabam não sendo atendidos. Como os recursos são escassos, então na seleção são escolhidos os estudantes que mais precisam dos benefícios, mas não contemplam a todos que necessitam.

No artigo “Atribuições privativas, estudo socioeconômico e serviço social: o trabalho profissional na assistência estudantil”, mostram-se as questões de trabalho profissional do Assistente Social na política de educação no Programa de Assistência Estudantil. Dentre os aspectos apontados estão a ampla demanda pelo estudo socioeconômico para as ações de Assistência Estudantil, a quantidade excessiva de inscrições, o tempo restrito dos editais, a quantidade insuficiente de pessoal e tudo isso torna a Assistência Social muito burocrática. Por isso, é necessária a reflexão constante se o trabalho profissional do/a assistente social está viabilizando ou complexificando o acesso às políticas sociais e, consecutivamente, aos direitos sociais.

No artigo “Etnomatemática e assistência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: da relação professor-aluno à pesquisa aplicada”, os autores argumentam que as políticas públicas criadas para as atividades da Assistência Estudantil em Instituições de Ensino Superior são apresentadas medidas essenciais para a possibilidade de acesso, permanência e êxito de alunos vindos de lugares sociais economicamente desfavoráveis ao estudo, inclusive na emancipação individual do estudante. Dentro deste resultado, os autores trouxeram a reflexão sobre o quanto poderia ser mais eficiente a Etnomatemática aplicada às aulas de Matemática, cujas classes contivessem alunos atendidos por equipes da Assistência Estudantil.

Por meio da pesquisa que culminou no artigo “A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Pará no período de 2012 a 2021”, destaca-se que nas análises dos relatórios dos setores de AE dos *campus* houve relatos das dificuldades que ocorriam na execução das ações, dentre estas a escassez de recursos financeiros para atender à demanda do público-alvo da Política de Assistência Estudantil.

Houve *campus* que relataram que o recurso financeiro não era suficiente, portanto não foram atendidos 6.524 estudantes com perfil para o recebimento dos auxílios estudantis em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Então, os avanços da política de AE no IFPA demonstraram uma movimentação em prol de garantir a permanência dos estudantes, mesmo com os poucos recursos que não são suficientes para dar apoio material aos estudantes, por isso, os autores sugerem ser necessário um diálogo com os legisladores para rever os requisitos que moldam o orçamento dos IFs.

4. CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a política de Assistência Estudantil, apesar de diminuir as dificuldades financeiras dos estudantes, não assegura as condições de permanência a todos os estudantes que realmente necessitam e, muitas vezes, transforma os alunos excluídos da seleção em evadidos pela falta de amparo financeiro para permanecer.

Nas pesquisas analisadas foi constatado que é preciso esforços para aprimorar as normativas que orientam a assistência estudantil e preservar os objetivos centrais, como o decreto do PNAES, apesar de este visar, no seu texto, exclusivamente aos estudantes do ensino superior.

Mesmo abrangendo um número expressivo de estudantes, os valores destinados à AE ainda são insuficientes para atender a essa demanda, pois os números retratam que a desigualdade social se alargou nos últimos anos, o que requer um maior esforço financeiro para seu enfrentamento no âmbito das políticas públicas educacionais.

Mas este não é um problema exclusivo das políticas de AE, na verdade, faz parte das políticas sociais do país que sofrem com o subfinanciamento, pois há um modo de seleção que atende aos mais vulneráveis dentro de um contexto no qual há outros um pouco menos vulneráveis.

Isto acontecer é uma falha no sistema, pois ao definir critérios de alta ou baixa vulnerabilidade social para a oferta dos auxílios, torna-se cada vez mais distante o objetivo proposto para política para permanência dos estudantes e faz com que o Estado transforme as políticas sociais em ações compensatórias focalizadas (Sposati *et al*, 1986). Então, para fazer os direitos sociais como o acesso à educação profissional e superior alcançarem as pessoas de forma mais ampla, é necessário reivindicar mais recursos para educação, em especial, para a Assistência Estudantil

REFERÊNCIAS

237

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **A assistência ao estudante no contexto da expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão**: avaliação do processo de implementação. 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, n. 137, p. 5, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.

COSTA FILHO, I. **Crítica da política de assistência aos estudantes dos Institutos Federais (2002-2020)**: em exame o Instituto Federal do Paraná. 2021. 500 f. Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1811>.

FELIPPE, Jonis Manhães Sales. **Assistência estudantil e tendências da política social no Brasil**: resultados na permanência dos estudantes do Instituto Federal Fluminense.

2018. 225 f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2018.

FERREIRA, M.C.A.; DE SOUZA, M.F.M. A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Pará no período de 2012 a 2021. **Revista Exitus**, Santarém, v. 13, p. 01-25, 2023

GOIN, M.; MIRANDA, A.M. Atribuições privativas, estudo socioeconômico e serviço social: o trabalho profissional na assistência estudantil. **Revista katálysis** 25 (2), May-Aug., 2022

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 180 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/521>.

MARTINS, Luciana Paiva de Freitas Coêlho. **A política de assistência ao educando do IFMA: uma avaliação política da política**. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

PEREIRA, T.C.B.; SILVA, M.R.F. Assistência Estudantil e Democratização da Educação no Brasil e no IFPI. **Revista FSA**, Teresina, v. 20, n. 6, jun. 2023

SILVA, A.R.X.; DE CARVALHO, M.C.K; GONÇALVES, R.M. Mapeamento e análise das produções científicas que versam as políticas de assistência estudantil no contexto do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-30, 2021.

238

SOARES, A.M.L. Et al. Etnomatemática e assistência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: da relação professor-aluno à pesquisa aplicada. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 20, 2021

SPOSATI, A. O. *et al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

TAUFICK, Ana Luíza de Oliveira Lima. **Avaliação da política de assistência estudantil dos institutos federais para o PROEJA**. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Profissional, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.